



PREGÃO ELETRÔNICO nº90080/2024

UASG 982691

OBJETO

Manutenção corretiva e preventiva com fornecimento de peças de reposição em equipamentos odontológicos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/01/2025 às 08:30 horas (horário de Brasília) **COMPASNET** –
www.comprasgovernamentais.gov.br

DA DIVULGAÇÃO DOS PREÇOS

O Município de Juatuba/MG reserva-se ao direito de só divulgar o valor estimado após o encerramento da fase de lances do Pregão conforme descrito no ANEXO I.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

ANEXOS

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II - Modelo de Proposta

Anexo III - Minuta do Contrato



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90080/2024

Processo Administrativo nº344/2024

O Município de Juatuba, através do seu Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, instituída pela PORTARIA Nº 051 DE 15 DE AGOSTO DE 2024, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 2896 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2023, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório, comunica que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, mediante condições a seguir especificadas.

1. DO OBJETO

1.1 Manutenção corretiva e preventiva com fornecimento de peças de reposição em equipamentos odontológicos.

1.2 Este objeto não se enquadra em bem de luxo, sendo caracterizado como comum, com características e especificações usuais no mercado.

1.3 A licitação será realizada em único item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.4 Secretaria Requisitante:

- Secretaria Municipal de Saúde

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados cujo objeto social for compatível com o objeto e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.3 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.4 Declaração de inidoneidade. No caso da sanção de impedimento para licitar, deve ser esta sanção imposta por este Município, não abrangendo impedimento de licitar imposta por outro Município.

2.6.5 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.6 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.7 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.8 pessoas jurídicas reunidas em consórcio; (justificativa item 2.6.9);

2.6.9 Considerando (conforme Art. 15 da Lei 14.133/2021) que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que inexistente complexidade do objeto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste estudo, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio”, tendo em vista, ainda, que a vedação não causará prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência da respectiva contratação.

2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.12 O impedimento de que trata o item 2.6.10 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.6.13 A vedação de que trata o item 2.6.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, ocorrerá a fase de apresentação de propostas e lances e de julgamento, posteriormente a fase de habilitação.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca; (quando for o caso)

4.1.3. Fabricante (quando for o caso)

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação, podendo ter maior validade, caso necessário, com a concordância da licitante

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. Será desclassificada a proposta que não mantenha sob sigilo a identificação do licitante antes da finalização da etapa de lances.

5.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor UNITÁRIO.

5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta serão aqueles informados no sistema devido a variação de itens.

5.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e

quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a

contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, devendo ser respondida em até **15 minutos**.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. **O não envio importa na desclassificação da proposta.**

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos abaixo, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3. REGULARIDADE FISCAL E SOCIAL

- Certidão conjunta como Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e Regularidade com a Fazenda Federal, observada sua validade.
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), observada sua validade.
- Prova de regularidade para com as Fazendas Municipal e Estadual/Distrital, observada sua validade.

7.4. REGULARIDADE TRABALHISTA

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma do artigo 29, V, da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei Federal nº 12.440/2011.

7.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.5.1 Prova de possuir em seu quadro permanente, na data de protocolo de sua proposta, profissional, que será o responsável técnico pela prestação dos serviços; que seja qualificado, com formação adequada e inscrito no CREA.

7.5.2 A comprovação de que o responsável técnico indicado pertence ao quadro permanente da empresa se fará através de um dos documentos a seguir relacionados:

I. Ficha de registro de trabalho.

II. Contrato de trabalho e/ou CTPS (carteira de trabalho e Previdência Social);

III. Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

IV. Prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

Nota: No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração e que não acarrete prejuízos e atrasos na execução dos serviços.

7.6 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.6.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.7 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.7.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.8 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital (preferencialmente em PDF), no prazo de no máximo 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro. **O não envio importa na inabilitação da licitante.**

7.10 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11 Após a inserção dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.11.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8 DOS RECURSOS

8.1 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.2 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.2.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.2.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos, pós o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema;

8.2.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse

mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.5 Os recursos interpostos fora do prazo e fora do sistema não serão conhecidos.

8.6 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5 fraudar a licitação

9.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1 advertência;

9.2.2 multa;

9.2.3 impedimento de licitar e contratar e

9.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2 as peculiaridades do caso concreto

9.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.5 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão designada ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.6 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.7 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.10 Demais sanções conforme Decreto Municipal nº 2931 de 17 de maio de 2023.

10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser enviados via INTERNET para o endereço eletrônico licitacao@juatuba.mg.gov.br.

10.4 A impugnação não possui efeito suspensivo e será decidida sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

10.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

10.6 Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), www.comprasgovernamentais.gov.br (comprasnet) e endereço eletrônico www.juatuba.mg.gov.br.

Juatuba, 06 de dezembro de 2024.

JOSE MARCIO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

1 OBJETO

1.1 Constitui o objeto da presente licitação a manutenção corretiva e preventiva com fornecimento de peças de reposição em equipamentos odontológicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 Trata-se da contratação de serviço especializado na manutenção preventiva e corretiva de 14 (quatorze) gabinetes odontológicos das Unidades Básicas de Saúde do Município, com fornecimento de peças de reposição, de caráter contínuo, pelo período de 12(doze) meses, devendo o contratado fornecer todas as peças necessárias para o perfeito funcionamento dos equipamentos .

1.3 A licitação será realizada em único item.

1.4 *Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.*

2 DAS JUSTIFICATIVAS**2.1 Justificativa da aquisição**

2.1.1 A presente contratação busca suprir as necessidades de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos odontológicos utilizados nos consultórios odontológicos municipais, visando a preservação da vida útil, sem perda das características, integridade física, rendimento e ponto ótimo de operação dos equipamentos, proporcionando assim, condições para que os profissionais desta área executem os serviços com qualidade, haja vista ser de suma importância realizar os reparos necessários nas unidades odontológicas assim como a prevenção, a fim de evitar a paralisação dos serviços públicos odontológicos, ocasionado por falta de manutenção nos equipamentos.

2.1.2 A contratação do serviço visa atender também as normas da Vigilância Sanitária, no que toca aos cuidados, conservação, manutenção e qualificação dos equipamentos.

2.1.3 A necessidade dessa contratação se dá em virtude de que o Setor de Manutenção da PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA não possui habilidades técnicas, equipamentos, treinamento do fabricante e nem mão de obra especializada. A quebra de qualquer destes equipamentos, gera um risco financeiro, sem contar com a falta de atendimento e a imagem da instituição perante aos usuários.

2.2 Da estimativa do quantitativo

2.2.1 O quantitativo de serviços foi baseado no quantitativo de consultórios odontológicos no município.

2.3 Justificativa da realização do Estudo Técnico Preliminar

2.3.1 A presente contratação faz referência ao Estudo Técnico Preliminar nº 05 DE 2024, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde que declarou no parecer técnico conclusivo:

Questionário	Sim	Não
A solução proposta é adequada à demanda apresentada?	X	
A execução da solução é economicamente viável?	X	
Existem outras soluções possíveis?		X
Serão necessários outros gastos para a execução da demanda?		X

Há disponibilidade orçamentária?	X	
Houve planejamento prévio sobre a demanda?	X	
Trata-se de demanda de urgência?		X
É possível executar a proposta no prazo necessário?	X	
O Município possui condições técnicas para a execução?	X	
Os riscos podem prejudicar a solução da demanda?		X
Esta é a melhor proposta de solução para o problema?	X	

3 DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

Item	Código	Descrição do Produto	Quantidade	Unidade
0001	000006644	<p>MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM 14 (QUATORZE) GABINETE ODONTOLÓGICO DOS DEMAIS CENTRO ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO - ITENS CITADOS ABAIXO:</p> <p>UBS CENTRO AMALGAMADOR 1: 4280940021 GNATUS AMALGAMADOR 2 : 28187 ALT APARELHO RX: 001786 DABI ATLANTE APARELHO RX: 210314761 APARELHO RX:210314760 AUTOCLAVE 1: DC 100055 AUTOCLAVE 2: DC120022 AUTOCLAVE 3: VT6 5133 AUTOCLAVE 4: 28438 BALANÇA OMRON 150 KG : 20170905444F CADEIRA 1 : 4870784285 GNATUS CADEIRA 2 : 4137 DENTEMED CANETA ALTA ROTAÇÃO 1: 2015186864 CANETA ALTA ROTAÇÃO 2: 2015186833 CANETA ALTA ROTAÇÃO 3: 2014184791 COMPRESSOR: 2951182 CONTRA ÂNGULO 1: 2015150797 CONTRA ÂNGULO 2:2015150789 CUSPIDEIRA 1 : 4870784285 GNATUS CUSPIDEIRA 2: 4137 EQUIPO 1 : 4870784285 GNATUS EQUIPO 2: 4137 ESFIGMOMANOMETRO: B23420 FOTOPOLIMERIZADOR 1: 28268 ALT FOTOPOLIMERIZADOR 2 : 07597 ALT MICROMOTOR 1: 4872495228 MICROMOTOR 2: 2012166894 MICROMOTOR 3: 2014136136 MICROMOTOR 3: 2014136277 MOCHO 1: K 000365 GNATUS MOCHO 2: Nº PATRIMÔNIO 105315 PEÇA RETA 1: 4872496082 PEÇA RETA 2: 4872496083</p> <p>UBS CANAÃ AMALGAMADOR: AYG 611090 APARELHO JATO BICARBONATO: PJ708480 APARELHO REMOTART: 2009101175 AUTOCLAVE 1: Vt6 5135 CADEIRA: 4138 DENTEMED CANETA ALTA ROTAÇÃO 2: 2014184819 CANETA DE ALTA ROTAÇÃO 1: 4872494133 COMPRESSOR: 0003569942 CONTRA ÂNGULO: 2015150840</p>	12	SV

		<p>FOTOPOLIMERIZADOR: LD6161015 MICROMOTOR: 2012166881 MOCHO: 4870805285</p> <p>UBS BELA VISTA AMALGAMADOR: 4280940022 AUTOCLAVE: nº patrimônio 601847 CADEIRA: OPPV079292B CANETA ALTA ROTAÇÃO 1: 41022 CANETA ALTA ROTAÇÃO 2: 2014183445 COMPRESSOR: 7970189-8 ou 0050893-0 CONTRAÂNGULO 1: 4872497052 CONTRAÂNGULO 2: 2015150790 FOTOPOLIMERIZADOR: 12178 MICROMOTOR 1: 2014136164 MICROMOTOR 2: 2012166906 MOCHO: K000752 ULTRASSOM: 1042688</p> <p>UBS SATÉLITE I AMALGAMADOR :28187 APARELHO JATO BICARBONATO 1: PJ708482 APARELHO JATO BICARBONATO 2: PJ708482 AUTOCLAVE: H 30309206 127 SF CADEIRA: 42020 CANETA ALTA ROTAÇÃO:2014183436 COMPRESSOR: SY131028004 CONTRAÂNGULO: 2015150791 CUSPIDEIRA: 42010 EQUIPO: 42009 FOTOPOLIMERIZADOR: Nº PATRIMÔNIO 601675 MICROMOTOR 1: 2013116674 MICROMOTOR 2: 2014136094 MOCHO 1: K000363 MOCHO 2: K000759 REFLETOR: 35320 ULTRASSOM: 15584X</p> <p>UBS BOA VISTA AMALGAMADOR: 4280940018 APARELHO JATO BICARBONATO: JS2094 APARELHO RX: K01391 AUTOCLAVE: 76728 CADEIRA 1: 0075998182 CADEIRA 2: D34171-M CANETA ALTA ROTAÇÃO 1: 2014184805 CANETA ALTA ROTAÇÃO 2: 1ª 59108 COMPRESSOR: 074432 CONTRA ÂNGULO 1: 2015150673 CONTRA ÂNGULO 2: 2068FGBN CUSPIDEIRA 1: 0075998182 CUSPIDEIRA 2: UN24VCC EQUIPO 1: OPPV0852050 EQUIPO 2: 0075998182 FOTOPOLIMERIZADOR 1: 4281011001 FOTOPOLIMERIZADOR 2: 28267 MICROMOTOR 1: 06 -0060061 MICROMOTOR 2: 214136212 MOCHO 1: 4393271182 MOCHO 2: K000708 REFLETOR: 0075998182 ULTRASSOM: A 9121621(0197CE)</p> <p>UBS FRANCELINOS AMALGAMADOR: 07003 APARELHO RX: K01389 AUTOCLAVE 1: VT65136 BALANÇA OMRON 150 KG : 20170906700F CADEIRA 1: 42012 CADEIRA 2: 42008 CANETA ALTA ROTAÇÃO 1: 2014184811</p>		
--	--	---	--	--

		<p>CANETA ALTA ROTAÇÃO 2: A 11934 COMPRESSOR: Nº PATRIMÔNIO 105039 CONTRAÂNGULO 1: 2016532804 CONTRAÂNGULO 2: 2015150599 CUSPIDEIRA 1: 42014 CUSPIDEIRA 2: 42022 EQUIPO 1: 42017 EQUIPO 2: 42013 ESFIGMOMANOMETRO: D22813 FOTOPOLIMERIZADOR: Nº PATRIMÔNIO 105003 MICROMOTOR 1: 2015164310 MICROMOTOR 2: 8047379001 MOCHO 1: K00360 MOCHO 2: Nº PATRIMÔNIO 601364 REFLETOR 1: 420023 REFLETOR 2: 42015 ULTRASSOM: Nº PATRIMÔNIO 601803</p> <p>UBS BRAÚNAS AMALGAMADOR: 0919 AUTOCLAVE: VT 1660692 CADEIRA: D34171-M OU OPPV083032A CANETA ALTA ROTAÇÃO: 201184807 COMPRESSOR: 0003571170 CONTRAÂNGULO: 215150818 FOTOPOLIMERIZADOR: 04871-17-10618 OU TAA62060231 MICROMOTOR: 2014136114 MOCHO 1: K000362</p> <p>UBS ICARAI AMALGAMADOR: 4280940023 AUTOCLAVE: VT6-5145 CADEIRA: 42016 CANETA ALTA ROTAÇÃO 1: A11927 CANETA ALTA ROTAÇÃO 2: 1A-59118 COMPRESSOR: 0003571164 CONTRA ÂNGULO: 002845 CUSPIDEIRA: 42018 EQUIPO: 42021 FOTOPOLIMERIZADOR: 07570 MICROMOTOR: QO2313 REFLETOR: 42019 ULTRASSOM: 28395</p> <p>UBS SAMAMBAIA AMALGAMADOR: BR3751 APARELHO REMOTART: 2009101174 AUTOCLAVE: VT6-5146 CADEIRA: 4870784286 CANETA ALTA ROTAÇÃO: 2014183443 COMPRESSOR: 4528-05 CONTRAÂNGULO: J07674 CUSPIDEIRA: 4870784286 EQUIPO: 4870784286 FOTOPOLIMERIZADOR: 28266 MICROMOTOR: 4872495229 MOCHO: K000349</p> <p>UBS BELA VISTA I COMPRESSOR 3960191 CADEIRA: DENTE MED D37171-M EQUIPO: DENTE MED D37171-M FOTOPOLIMERIZADOR: 31801546 PEÇA RETA: 14665 APARELHO JATO BICACARBONATO: 012113279 MOCHO 102537 CANETA ALTA 066-11 CANETA TRIPLICE 21201-02 APARELHO DE ULTRASSON 012113279 CANETA ULTRASSON 3960191</p>		
--	--	---	--	--

		<p>SATÉLITE II CADEIRA ODONTOLOGICA 10049470 CONTRA ÂNGULO 18736 MICRO MOTOR 22020723 ALTA ROTAÇÃO 18912 ALTA ROTAÇÃO 18906 ALTA ROTAÇÃO 18911 MOCHO 102535 MOCHO 601678 COMPRESSOR 10049470 FOTOPOLIMERIZADOR 1190217 AUTOCLAVE 1112/2020 - 1/1 AMALDAMADOR 601542 CUSPIDEIRA 10049470 SELADORA 41.426.788/001-80</p> <p>CIDADE NOVA I CADEIRA ODONTOLOGICA 10049485 CONTRA ÂNGULO MB 18904 MICRO MOTOR MB 19.034 CANETA DE ALTA ROTAÇÃO MB-18905 CANETA BAIXA ROTAÇÃO LN220310981 CUSPIDEIRA 10049485 COMPRESSOR 13974274 EQUIPO ODONTOLOGICO 10049387 FOTOLIMERIZADOR 28267 SELADORA 41426788/001-80 MOCHO 105258 MOCHO 102531 ULTRASSON DJ U45Y-2410</p> <p>VEREDAS DA SERRA CADEIRA ODONTOLOGICA 101564 CANETA DE ALTA ROTAÇÃO DENTEMED LN21121424TH COMPRESSOR 601873 AMALGAMADOR 105102 FOTOPOLIMERIZADOR 105326 MOCHO I K000363 MOCHO II 102532 MOCHO III 601520 APARELHO DENISTART MS14987 CUSPIDEIRA 35319 CANETA ALTA TOTAÇÃO DX ME 18943 CANETA ALTA TOTAÇÃO DX MB 19096 CANETA KAKO 605C CONTRA ÂNGULO KAKO 2015150780 MICRO MOTOR NUMERO INLEGIVEL REFLETOR 601655 SELADORA 104857 APARELHO ULTRASSON DENTEMED 101863 MICRO MOTOR DENTEMED 101858 MICO MOTOR DX MM 00057</p> <p>CONSULTORIO MOVEL MALA COM SERINGA MARCA SESTINI TRIPLICE SUGADOR MICRO MOTOR PEÇA RETA D-EXPRESS</p>		
--	--	---	--	--

3.1 Um serviço se refere à manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos em 14 (quatorze) gabinetes odontológicos.

3.2 Estão discriminados 12 serviços, pois cada serviço refere-se a um mês, e em cada mês deverão ser executadas as manutenções devidas nos 14 gabinetes odontológicos.

3.3 Os serviços de manutenção corretiva e preventiva serão realizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município, dentro da vigência de 12 (doze) meses de contrato.

3.3.1 Serão realizadas manutenções para conservação e/ou restabelecimento das condições operacionais do equipamento, incluindo-se para o serviço o seguinte:

3.4 Manutenção

3.1.1 Define-se como a combinação de todas as ações técnicas, destinadas a manter ou recolocar um equipamento em um estado original no qual possa desempenhar a função requerida. Toda e qualquer intervenção em equipamentos será de responsabilidade da Contratada. Portanto é escopo deste contrato, o restabelecimento às condições anteriores de funcionamento dos equipamentos.

3.2 Manutenção preventiva

3.2.1 É a manutenção efetuada em intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um equipamento. A manutenção preventiva será feita “semanalmente”. Todas as atividades serão sempre programadas e previamente acertadas com a responsável técnica designada pela contratante.

3.3 Manutenção corretiva

3.3.1 É a manutenção efetuada após a ocorrência de uma falha destinada a recolocar equipamentos em condições de executar uma função requerida. Estão inclusas no valor do contrato quantas corretivas forem necessárias sem custo adicional para a SECRETARIA. Será toda paralisação, programada ou não programada, ocasionada por falhas próprias dos equipamentos, devendo ser sanadas ou tomadas providências para o restabelecimento e recolocação em operação, no menor tempo possível, de forma segura, econômica e confiável. Execução de manutenção corretiva, com emissão de certificado de calibração.

3.4 Treinamento operacional

3.4.1 Semestralmente ou quando solicitado para novos funcionários, deverá ser disponibilizado treinamento técnico e operacional, Sem custo adicional.

3.5 Teste de segurança elétrica

3.6.1 Deverá ser realizado, teste de segurança elétrica em todos os equipamentos passíveis deste teste, como cadeira odontológica, ultrasson, RX e equipamentos e implante. De acordo com as normas: ABNT NBR ISSO 6875:2014 Odontologia – Cadeira odontológica para paciente: ABNT NBR IEC 60601-2-37:2016 - Equipamento Eletromédico - Ultrasson A empresa deverá possuir um equipamento de teste de segurança elétrico devidamente calibrado por empresa credenciada e com laudo de calibração emitido em nome da própria empresa.

3.6.2 A validade do laudo de calibração é de no máximo 12 meses, ou conforme descrito no corpo do laudo, mas sendo limitado a 12 meses no máximo.

3.6.3 A tensão medida deverá ser a de referência no Brasil, e, portanto de 100 a 220 v, não será aceito equipamentos de somente uma voltagem, exemplo, somente 110 ou somente 220 v, pois em nosso país temos equipamentos destas duas voltagens.

3.6.4 Ressaltamos que multímetros e alicates amperímetros, não são equipamentos de teste de segurança elétrica e, portanto não serão aceitos em substituição a este equipamento.

Referência - BIT 2004 ANVISA / NORMAS INTERNACIONAIS IEC 60.601.1 / VDE 751.1

ABNT NBR IEC 60601-1-2:2010 Versão Corrigida:2013

Data de Publicação: 25/10/2010

Válida a partir de: 01/01/2015

Título: Equipamento eletromédico

Parte 1-2: Requisitos gerais para segurança básica e desempenho essencial - Norma colateral: Compatibilidade eletromagnética - Requisitos e ensaio

3.6.5 Na realização dos serviços técnicos deverão ser obedecidos as prescrições e padrões de desempenhos técnicos da última edição das normas e/ou códigos, onde aplicáveis.

NBR IEC 601-1	Equipamento eletromédico – parte 1: Prescrições gerais de segurança.
NBR IEC 60601-1-1	Equipamento Eletromédico: Norma Colateral – Prescrições Gerais de Segurança
NBR IEC 60601-1-2	Equipamento eletromédico – Parte 1: Prescrições gerais para segurança. Norma colateral: Compatibilidade eletromagnética – Prescrições e ensaios.
NBR IEC 60601-1-4	Equipamento eletromédico - Parte 1-4: Prescrições gerais para segurança - Norma colateral: Sistemas eletromédico programáveis
NBR IEC 60601-2-4	Equipamento eletromédico - Parte 2-4: Prescrições particulares para segurança de desfibriladores cardíacos

4 DA ESTIMATIVA DO VALOR A SER CONTRATADO

4.1 Um possível Orçamento aberto ocasionaria preços que não se afastariam do valor inicial, prejudicando a apresentação da melhor proposta à Administração Pública. Também entendem dessa forma os autores Zymler e Dios, que afirmam o seguinte:

A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada.

4.2 Sendo assim consegue-se ampliar a competitividade do certame, pois serão apresentadas melhores propostas para Administração. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances.

4.3 Deste modo verifica-se maior vantagem ao Município de Juatuba em se manter o Orçamento Sigiloso até a fase posterior de Lances do Pregão Eletrônico, e assim, evitar preços que orbitem o valor obtido nos Orçamentos.

5 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

5.1 O critério de aceitabilidade das propostas será o menor preço por item desde que o produto ofertado seja compatível com o descritivo.

5.2 Caso seja necessário diligência para aceitabilidade do produto / serviço o pregoeiro convocará a licitante para que anexe um documento ou informe link para consulta. .

6 DA FORMA DE ENTREGA OU FORNECIMENTO

6.1 Os serviços serão prestados continuamente durante todo o exercício de 2024.

6.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigido no prazo de 24 horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.3 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

6.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7 DAS GARANTIAS

7.1 Não haverá exigência da garantia da contratação nos moldes dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que a garantia dos serviços abrangerá as substituições e demais condições previstas nos itens que tratam da execução do objeto, aceitabilidade do objeto na entrega, a obrigação da contratada.

8 DO PRAZO

8.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, passível de renovação, na forma do artigo 105 da lei 14133/21.

9 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 Compete à(s) Secretaria(s) Municipal(is) requisitante(s) a gestão, o acompanhamento, controle e fiscalização da execução da ata/contrato, bem como a expedição das autorizações de serviços/ fornecimentos / entrega, competindo-lhe ainda atestar as faturas / notas fiscais encaminhado-as para fins de pagamento.

9.2 Gestor responsável:

Nome	Pedro Henrique Nunes de Oliveira
Função	Secretário Municipal de Saúde
Telefone	31 35358674

9.3 Fiscal responsável:

Nome	Ana Maria Flores de Jesus Souza
Função	Coordenadora da Odontologia
Unidade de serviço	Secretaria de Saúde
Telefone	(31) 35358674

9.4 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

9.5.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

9.6.1 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.7 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

9.8 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

9.9 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

9.9.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.10 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.11 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de habilitação da empresa;

9.12 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10 DA FORMA DE FATURA E PAGAMENTO

10.1 A nota fiscal será solicitada através do envio da autorização de fornecimento

10.2 Os pagamentos serão efetuados **em até 30 (trinta) dias corridos** a partir da data da entrega da nota fiscal, ou no 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento ocorrer em dia em que não houver expediente na Prefeitura Municipal;

10.3 O prazo para pagamento será contado apenas após o saneamento de quaisquer inconsistências na nota fiscal ou nos serviços executados;

10.4 O pagamento somente será feito desde que tenham sido cumpridas as obrigações da empresa contratada, e corretos os dados e valores registrados na nota fiscal/fatura;

10.5 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente deverão ser indicados pelo contratado na Nota Fiscal;

10.6 Não serão realizados pagamentos a terceiros;

10.7 Deverá o contratado estar com todas as Certidões Negativas Federal, FGTS, CNDT e CND Municipal devidamente quitadas. Pois serão conferidas no ato do pagamento. Caso haja irregularidade em alguma das Certidões, implicará no não pagamento da nota fiscal;

10.8 A devolução da nota fiscal não aprovada pela Prefeitura Municipal de Juatuba, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa credenciada suspenda os serviços prestados e da autorização de fornecimento;

11 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1 Os recursos financeiros para o pagamento correrão por conta das dotações abaixo no presente exercício e por dotação equivalente no exercício subsequente.

Saúde 0821.10.0301.0103.2173.1.600.000.0000.000.3390390000 Ficha 550

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12 DA RESPONSABILIDADE E DIREITOS DAS PARTES

12.1 DA CONTRATANTE

12.2 Proporcionar todas as condições para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas, prazos e condições contratuais.

12.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto de acordo com o constante do Edital e da proposta, para fins de aceitação e atestados definitivos.

12.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, fixando-lhe prazo, não superior a 48 (quarenta e oito) horas, para correção das irregularidades ou deficiências na entrega dos produtos.

12.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

12.6 Efetuar pagamento ao contratado no prazo e forma estipulados no contrato/edital, mediante a entrega da nota fiscal, em conformidade com as autorizações expedidas.

12.7 Realizar a avaliação do fornecedor em todas as solicitações de pagamento (SP's).

12.8 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direito ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista tributária, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, ao contratado.

12.9 A contratante poderá requisitar acréscimos aos quantitativos previstos para atendimento de necessidades eventuais ou permanentes, bem como a supressões de até 25%, observados os limites legais.

12.2 DA CONTRATADA

12.2.1 A empresa contratada deverá ter capacidade de prestar os Serviços de Manutenção Corretiva em 14(quatorze) Gabinetes. Para tanto, a empresa deverá comprovar possuir em seu quadro de funcionários profissionais que sejam qualificados, com formação adequada e registrados no CREA.

12.2.2 A manutenção preventiva e corretiva deverá ser executada preferencialmente nas dependências das Demais Unidades Básica de Saúde do Município, onde os equipamentos estão instalados, conforme relação descritiva do objeto da contratação.

12.2.3 Quando necessária à saída do equipamento, para manutenção ou o reparo de peças, das instalações da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JUATUBA, esta deverá ser autorizada pelos Setores competentes, mediante assinatura do responsável pela execução dos serviços.

12.2.4 O equipamento deverá retornar ao local de origem, consertado, em um prazo máximo de 5 dias úteis, salvo por motivo de força maior, desde que devidamente justificado através de relatório, emitido para a Contratante, ao Serviço de Administração Geral da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JUATUBA .

12.2.5 Será considerado o grau de importância, na ordem de atendimento:

12.2.6 Emergencial: Serviço cujo problema cause risco á pessoas e instalações serão atendidos em até 48 (quarenta e oito) horas, no máximo.

12.2.7 A “ordem de serviço” será aberta mediante e-mail ou whatsapp, ou contato telefônico sendo este atendimento de segunda a sexta de 7 às 18 horas.

12.2.8 A contratada deves:

12.2.8.1 Material de consumo (todo material necessário à manutenção dos equipamentos – de qualidade comprovada.

12.2.8.2 - Serviços de substituição das peças de reposição.

12.2.8.3 - Manter todos os equipamentos relacionados em perfeito funcionamento

12.2.8.4 Deverá apresentar os documentos técnicos abaixo relacionados:

12.2.8.5 Modelo de documento de Manutenção Preventiva

12.2.8.6 Modelo do laudo de teste de segurança elétrica.

12.2.8.7 Deverão ser medidos no laudo do teste de segurança elétrica no mínimo as seguintes grandezas:

- a) CORRENTE DE FUGA
- b) CORRENTE FUNCIONAL
- c) RESISTÊNCIA
- d) TENSÃO

12.2.8.8 Serviços de substituição das peças de reposição.

12.2.8.9 Manter todos os equipamentos relacionados em perfeito funcionamento.

12.2.9 A contratada no ato do pagamento deverá comprovar sua regularidade fiscal;

12.2.10 Manter durante todo o prazo do contrato (se for o caso) compatibilidade com as obrigações assumidas durante a fase de habilitação e qualificação exigida na licitação;

Juatuba, 06 de dezembro de 2024.

JOSE MARCIO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO II MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º ____/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2024

À Prefeitura Municipal de Juatuba/MG

Att. Sr(a) Pregoeiro(a)/ Equipe de apoio

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário (mensal)	Preço Total (anual)
01	12	Serviços	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM 14 (QUATORZE) GABINETE ODONTOLÓGICO DOS DEMAIS CENTRO ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO – colocar o descritivo complementar	R\$ Preço referente a um serviço que contempla a manutenção dos 14 gabinetes	R\$ Preço unitário (mensal) X12 meses
TOTAL GERAL R\$					

Observações:

- 1) Um serviço se refere à manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos em 14 (quatorze) gabinetes odontológicos.
- 2) Estão discriminados 12 serviços, pois cada serviço refere-se a um mês, e em cada mês deverão ser executadas as manutenções devidas nos 14 gabinetes odontológicos.

Declaramos estar de acordo com todas as cláusulas e anexos deste edital.

Empresa/Proponente: _____
CNPJ/CPF: _____
Nome do Representante Legal: _____
CPF do Representante Legal: _____
Validade da Proposta: _____ (Mínimo: 60 dias)
Endereço _____,
Telefone () _____. celular () _____
E-mail 1 _____ E-mail 2 _____
Dados bancários: Banco _____ Agência _____ Conta corrente _____

Assinatura do Representante Legal

MINUTA DE CONTRATO Nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO COMO "CONTRATANTE", O MUNICÍPIO DE JUATUBA E DE OUTRO LADO COMO "CONTRATADA", A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE JUATUBA, CNPJ nº 64.487.614/0001-22, com sede na Praça dos Três Poderes, s/nº, Centro – Juatuba/MG, CEP: 35.675.000, neste ato representado pelo Sr. Antônio Adônis Pereira, Prefeito Municipal de Juatuba, doravante denominado CONTRATANTE, e a (o) empresa **XXXXXXXXXXXX**, com sede à **xxxxxx, xxxxxxxx, CEP xxxxxxxx, tel xxxxxxxxxxxx/xxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrito no **CNPJ xxxxxxxxx**, doravante denominada CONTRATADA, por seu representante legal, **xxxxxxxxxxxxxx**, portador do CPF **xxxxxxxxxxxxxx**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes. Tem entre si, justo e contratado o presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços, cessão de direito de uso de bens e outras avenças, de acordo com as seguintes cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO FUNDAMENTO

1.1- A presente Contratação decorre de **PREGÃO ELETRÔNICO_____ processo administrativo _____**, efetuada com base no **Parecer de Nº xxxxxxxxxx**, nos termos do inciso (HIPÓTESES DO ART. 5, DA LEI 14.133/2021) e legislação em vigor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O objeto do presente contrato é a, conforme especificado no termo de referência que é parte integrante do presente contrato, e a seguir:

Ficha: Dotação: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Item	Código	Descrição do Produto	Quantidade	Unid	Valor Unitário	Valor Total
xxxx	xxxxxxx x	xxxxxxxxxxxxxx				

Total Geral : R\$

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 – O prazo de vigência deste contrato será _____.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 Um serviço se refere à manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos em 14 (quatorze) gabinetes odontológicos.

4.2 Estão discriminados 12 serviços, pois cada serviço refere-se a um mês, e em cada mês deverão ser executadas as manutenções devidas nos 14 gabinetes odontológicos.

4.3 Os serviços de manutenção corretiva e preventiva serão realizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município, dentro da vigência de 12 (doze) meses de contrato.

4.4 Serão realizadas manutenções para conservação e/ou restabelecimento das condições operacionais do equipamento, incluindo-se para o serviço o seguinte:

4.5 Manutenção

4.5.1 Define-se como a combinação de todas as ações técnicas, destinadas a manter ou recolocar um equipamento em um estado original no qual possa desempenhar a função requerida. Toda e qualquer intervenção em equipamentos será de responsabilidade da Contratada. Portanto é escopo deste contrato, o restabelecimento às condições anteriores de funcionamento dos equipamentos.

4.6 Manutenção preventiva

4.6.1 É a manutenção efetuada em intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um equipamento. A manutenção preventiva será feita “semanalmente”. Todas as atividades serão sempre programadas e previamente acertadas com a responsável técnica designada pela contratante.

4.7 Manutenção corretiva

4.7.1 É a manutenção efetuada após a ocorrência de uma falha destinada a recolocar equipamentos em condições de executar uma função requerida. Estão inclusas no valor do contrato quantas corretivas forem necessárias sem custo adicional para a SECRETARIA. Será toda paralisação, programada ou não programada, ocasionada por falhas próprias dos equipamentos, devendo ser sanadas ou tomadas providências para o restabelecimento e recolocação em operação, no menor tempo possível, de forma segura, econômica e confiável. Execução de manutenção corretiva, com emissão de certificado de calibração.

4.8 Treinamento operacional

4.8.1 Semestralmente ou quando solicitado para novos funcionários, deverá ser disponibilizado treinamento técnico e operacional, Sem custo adicional.

4.9 Teste de segurança elétrica

4.9.1 Deverá ser realizado, teste de segurança elétrica em todos os equipamentos passíveis deste teste, como cadeira odontológica, ultrasson, RX e equipamentos e implante. De acordo com as normas: ABNT NBR ISSO 6875:2014 Odontologia – Cadeira odontológica para paciente: ABNT NBR IEC 60601-2-37:2016 - Equipamento Eletromédico - Ultrasson A empresa deverá possuir um equipamento de teste de segurança elétrico devidamente calibrado por empresa credenciada e com laudo de calibração emitido em nome da própria empresa.

4.9.2 A validade do laudo de calibração é de no máximo 12 meses, ou conforme descrito no corpo do laudo, mas sendo limitado a 12 meses no máximo.

4.9.3 A tensão medida deverá ser a de referência no Brasil, e, portanto de 100 a 220 v, não será aceito equipamentos de somente uma voltagem, exemplo, somente 110 ou somente 220 v, pois em nosso país temos equipamentos destas duas voltagens.

4.9.4 Ressaltamos que multímetros e alicates amperímetros, não são equipamentos de teste de segurança elétrica e, portanto não serão aceitos em substituição a este equipamento.

Referência - BIT 2004 ANVISA / NORMAS INTERNACIONAIS IEC 60.601.1 / VDE 751.1

ABNT NBR IEC 60601-1-2:2010 Versão Corrigida:2013

Data de Publicação: 25/10/2010

Válida a partir de: 01/01/2015

Título: Equipamento eletromédico

Parte 1-2: Requisitos gerais para segurança básica e desempenho essencial - Norma colateral: Compatibilidade eletromagnética - Requisitos e ensaio

4.9.5 Na realização dos serviços técnicos deverão ser obedecidos as prescrições e padrões de desempenhos técnicos da última edição das normas e/ou códigos, onde aplicáveis.

NBR IEC 601-1	Equipamento eletromédico – parte 1: Prescrições gerais de segurança.
NBR IEC 60601-1-1	Equipamento Eletromédico: Norma Colateral – Prescrições Gerais de Segurança
NBR IEC 60601-1-2	Equipamento eletromédico – Parte 1: Prescrições gerais para segurança. Norma colateral: Compatibilidade eletromagnética – Prescrições e ensaios.
NBR IEC 60601-1-4	Equipamento eletromédico - Parte 1-4: Prescrições gerais para segurança - Norma colateral: Sistemas eletromédico programáveis
NBR IEC 60601-2-4	Equipamento eletromédico - Parte 2-4: Prescrições particulares para segurança de desfibriladores cardíacos

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1- O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

6.1.1 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.1.2 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.1.3 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

6.1.4 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.1.5 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

6.1.6 - Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

6.1.7 - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.1.8 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

6.1.9 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data dos orçamentos estimados, referenciados no relatório de pesquisa de preços em **02/12/2024**

7.2 - Após o interregno de um ano e a pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, **do índice IGPM** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

7.3 A solicitação deverá ser realizada para o setor de Controladoria Interna do município através do Setor de Protocolo 31 3535 8576 /protocolo@juatuba.mg.gov.br

7.4 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1 DA CONTRATANTE

8.1.1 Proporcionar todas as condições para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas, prazos e condições contratuais.

8.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto de acordo com o constante do Edital e da proposta, para fins de aceitação e atestados definitivos.

8.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, fixando-lhe prazo, não superior a 48 (quarenta e oito) horas, para correção das irregularidades ou deficiências na entrega dos produtos.

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

8.1.5 Efetuar pagamento ao contratado no prazo e forma estipulados no contrato/edital, mediante a entrega da nota fiscal, em conformidade com as autorizações expedidas.

8.1.6 Realizar a avaliação do fornecedor em todas as solicitações de pagamento (SP's).

8.1.7 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direito ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista tributária, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, ao contratado.

8.1.8 A contratante poderá requisitar acréscimos aos quantitativos previstos para atendimento de necessidades eventuais ou permanentes, bem como a supressões de até 25%, observados os limites legais.

8.2 DA CONTRATADA

8.2.1 A empresa contratada deverá ter capacidade de prestar os Serviços de Manutenção Corretiva em 14(quatorze) Gabinetes. Para tanto, a empresa deverá comprovar possuir em seu quadro de funcionários profissionais que sejam qualificados, com formação adequada e registrados no CREA.

8.2.2 A manutenção preventiva e corretiva deverá ser executada preferencialmente nas dependências das Demais Unidades Básica de Saúde do Município, onde os equipamentos estão instalados, conforme relação descritiva do objeto da contratação.

8.2.3 Quando necessária à saída do equipamento, para manutenção ou o reparo de peças, das instalações da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JUATUBA, esta deverá ser autorizada pelos Setores competentes, mediante assinatura do responsável pela execução dos serviços.

8.2.4 O equipamento deverá retornar ao local de origem, consertado, em um prazo máximo de 5 dias úteis, salvo por motivo de força maior, desde que devidamente justificado através de relatório, emitido para a Contratante, ao Serviço de Administração Geral da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JUATUBA .

8.2.5 Será considerado o grau de importância, na ordem de atendimento:

8.2.6 Emergencial: Serviço cujo problema cause risco á pessoas e instalações serão atendidos em até 48 (quarenta e oito) horas, no máximo.

8.2.7 A “ordem de serviço” será aberta mediante e-mail ou whatsapp, ou contato telefônico sendo este atendimento de segunda a sexta de 7 às 18 horas.

8.2.8 A contratada deverá:

8.2.8.1 Material de consumo (todo material necessário à manutenção dos equipamentos – de qualidade comprovada.

8.2.8.2 - Serviços de substituição das peças de reposição.

8.2.8.3 - Manter todos os equipamentos relacionados em perfeito funcionamento

8.2.8.4 Deverá apresentar os documentos técnicos abaixo relacionados:

8.2.8.5 Modelo de documento de Manutenção Preventiva

8.2.8.6 Modelo do laudo de teste de segurança elétrica.

8.2.8.7 Deverão ser medidos no laudo do teste de segurança elétrica no mínimo as seguintes grandezas:

- a) CORRENTE DE FUGA
- b) CORRENTE FUNCIONAL
- c) RESISTÊNCIA
- d) TENSÃO

8.2.8.8 Serviços de substituição das peças de reposição.

8.2.8.9 Manter todos os equipamentos relacionados em perfeito funcionamento.

8.2.9 A contratada no ato do pagamento deverá comprovar sua regularidade fiscal;

8.2.10 Manter durante todo o prazo do contrato (se for o caso) compatibilidade com as obrigações assumidas durante a fase de habilitação e qualificação exigida na licitação;

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa:**

10.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 – A extinção do contrato poderá ser, conforme regulado pela Lei nº. 14.133/2021:

a - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.2 - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.1.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 Os recursos financeiros para o pagamento correrão por conta das dotações abaixo no presente exercício e por dotação equivalente no exercício subsequente.

Incluir a dotação correspondente

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 -O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

13.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

14.1 É eleito o Foro da Comarca de Juatuba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8078 de 1990, Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

Juatuba, _____ de 2024

Antônio Adônis Pereira

Prefeito Municipal de Juatuba

Secretário Municipal

Contratada

Testemunhas:

CPF:

CPF: